



MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM

24 DE NOVEMBRO DE 2022

ACTA Nº 26

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro de 2022, nesta vila de Arganil, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Presidente, Luis Paulo Carreira Fonseca Costa e com a presença da Senhora Vice-Presidente, Paula Inês Moreira Dinis e dos Senhores Vereadores Luis Miguel de Campos Almeida, Elisabete Simões Oliveira, Filipe Miguel dos Anjos Frias, Paulo Jorge Martins Viana de Teles Marques e António Miguel Ribeiro Pinheiro e comigo, Odete Maria Paiva Fernandes, assistente técnica.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a Reunião, quando eram dez horas.-----

ORDEM DO DIA

-----O Senhor Presidente apresentou, de imediato, a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:**-----
-----**Capítulo Primeiro – Instrumentos de Gestão Financeira;**-----
-----**Capítulo Segundo – Diversos.**-----

Capítulo Primeiro

Instrumentos de Gestão Financeira

-----O Senhor Presidente propôs, uma vez que o PPI é indissociável do Orçamento da Receita e Despesa, que a discussão prévia a estas votações





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

fosse feita em conjunto, e no fim far-se-ia a votação em separado, como é obrigatório, tendo sido aceite por todos os presentes.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para fazer um resumo dos documentos em apreço, começando por referir que "em termos de resumo sintetizado, passo a redundância, do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, queria dizer o seguinte:-----

-----Em primeiro lugar, registamos e consideramos um aumento de valor de Orçamento de sensivelmente um milhão e meio de euros, para 25.904.207,00€, mas ao mesmo tempo, queria dizer que, por via da descentralização de competências, naquela componente em que somos os tarefeiros do Ministério de Educação, ou seja, recebemos dinheiro e pagamos despesa, nessa componente temos precisamente esse valor de um milhão e meio de euros, que aumenta do lado da receita e aumenta do lado da despesa, do ponto de vista orçamental esperamos nós chegar ao fim do ano com esse equilíbrio exactamente no mesmo ponto, ou seja, não ganhando nem perdendo, neste processo de descentralização de competências; mas esse aumento de um milhão e meio de euros tem este reflexo directo.-----

-----Fizemos um equilíbrio entre aquilo que é a razoabilidade e entre aquilo que é a ambição, ou seja, nós temos aqui neste processo incluídas um conjunto de intervenções, um conjunto de investimentos, cuja realização depende de termos candidaturas aprovadas, mas todos os processos de candidatura já tratados, já a serem trabalhados, não estão todos aqui considerados; isto significa que estamos neste processo a contar que algumas daquelas que temos aqui não sejam todas aprovadas, pois seria uma espécie de jackpot que todos os projectos com candidaturas previstas que temos neste processo fossem aprovadas; isso não vai acontecer, certamente, mas ao mesmo tempo temos também algumas rubricas abertas para outros projectos com candidaturas em que estamos a trabalhar, em que colocamos apenas um euro a abrir a rubrica, e que depois nos vai permitir, ao longo do ano, dentro daquele processo das alterações ao Orçamento, fazer esse balanceamento entre aquelas que provavelmente vão cair e aquelas que vão ser aprovadas e não estão a ser consideradas. Este equilíbrio entre a ambição e a razoabilidade pesou bastante na elaboração deste Orçamento e destas GOP.-----

-----Em termos de projectos e de acordo com aquilo que são as principais componentes de investimento, ainda a par do desenvolvimento económico e particularmente naquilo que está directamente relacionado com a Relvinha, temos uma componente relacionada com a reformulação e o reforço da rede de abastecimento de água, pois aquela que lá existe já é muito limitada para as empresas que já lá existem e num processo de ampliação, torna-se ainda mais crítico. Temos para esse reforço e reformulação da rede de abastecimento, com impacto no ano de 2023, um valor na ordem dos 300 mil





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

euros, já com um pré entendimento com a CCDRC no sentido de ser considerado na reprogramação financeira do nosso processo da Relvinha.-----
-----Ao nível da Proteção Civil também referir o valor que estamos a considerar de sensivelmente meio milhão de euros num trabalho que temos vindo a desenvolver, de consolidação do Sistema de Proteção Civil, que tem materialização na instalação do Centro Municipal de Proteção Civil, cuja obra está a decorrer e tem também uma componente tecnológica associada, um valor global de investimento de sensivelmente 300 mil euros com financiamento de fundos comunitários e ao mesmo tempo também uma reformulação, uma reorientação da estratégia da Proteção Civil, com a aprovação das duas Equipas de Intervenção Permanente que já aqui fizemos; com este reforço passamos a contar, no concelho, com 4 Equipas de Intervenção Permanente e um efectivo de 20 operacionais. Ainda neste âmbito da Proteção Civil também dar-lhes nota que nem sempre a informação que está nestes documentos reflecte aquilo que é o envolvimento do município em alguns processos e a este respeito, quero falar do Programa Condomínios de Aldeia; os Condomínios de Aldeia tiveram um processo de candidaturas que restringia o número de candidaturas a que cada entidade podia concorrer; penso que cada entidade só podia ter uma candidatura. Nós apresentámos essa candidatura para as localidades de Enxudro e Relva Velha, mas fizemos um processo de parceria e foi também a estratégia que definimos com as freguesias e com as Comissões de Compartes, no sentido de potenciar o nível e o número de Condomínios de Aldeia potencialmente abrangidos por esta medida. Nesse processo com este trabalho conjunto que fizemos, com várias Comissões de Compartes e com as Juntas de Freguesia, foi um trabalho técnico, prévio, para perceber quais eram as aldeias que cumpriam os requisitos para poderem concorrer a este Programa Condomínios de Aldeia e foram apresentadas, se a memória não me falha, 14 candidaturas, das quais vieram a ser aprovadas 11, num total de 66, a nível nacional. Significa isto e foi consequência desta estratégia, que o nosso concelho, a nível nacional, é aquele que tem mais candidaturas aprovadas neste Programa dos Condomínios de Aldeia. Neste último processo de candidatura que referi, que estava limitado a uma candidatura por entidade, nós aprovámos uma, submetida em nome do município, e em parceria com as outras entidades, elaborámos as candidaturas e acompanhámos todo o processo para freguesias e para Comissões de Compartes. Queria destacar este processo de parceria que foi possível montar com estas freguesias e Comissões de Compartes, permitiu exponenciar de forma significativa o território abrangido por este Programa.-----
-----Quero referir também aquilo que está considerado para a área da Educação; queremos acreditar que o Acordo celebrado entre a Associação de Municípios e o Governo seja cumprido e por isso a Escola Secundária está incluída nesse Acordo, tal como está a EB 2,3 Mendes Ferrão. Temos o projecto concluído, pronto a ser submetido ao mercado, logo que esteja





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

resolvido, avançaremos com o processo. Não nos passa pela cabeça que durante o ano de 2023 isto não esteja a andar e daí a justificação do valor que temos considerado para a área da Educação, a par de tudo aquilo que está relacionado, com aquilo que já vínhamos a garantir, nomeadamente o transporte gratuito para todos os alunos do pré-escolar até ao 12º ano, as refeições, lanches e fruta escolar; tudo aquilo que já vínhamos a apoiar no âmbito da Educação. Esta referência, particularmente à Escola Secundária de Arganil, é muito importante.-----

-----Na área da Ação Social queria destacar que o valor que é identificado está muito aquém daquilo que é o esforço do município e dos parceiros, na área social. Há uma componente financeira, é verdade, mas nesta área da Ação Social é inequivocamente aquela que é menos significativa, aquele valor que é menos relevante, na medida em que o que tem a ver com a afectação de técnicos de Recursos humanos, que não está mensurado neste valor, tem um significado, do ponto de vista do custo, muito superior a esta grandeza que aqui é referida.-----

-----Ao nível do Ordenamento do Território, uma referência para o valor que temos aqui considerado de sensivelmente um milhão e seiscentos mil euros, onde se destaca a conclusão da reabilitação da Galeria Hidráulica da Ribeira de Amandos e o espaço público na avenida central da vila de Arganil, esta intervenção criadora de alguns transtornos e alguns constrangimentos mas determinante para a segurança e também naquilo que tem a ver com a qualidade do espaço público que ficará significativamente melhorado, com esta intervenção.-----

-----Na área da Estratégia Local de Habitação temos considerado um valor superior a 400 mil euros e este valor está relacionado com a intervenção em edifícios habitacionais do município, que estão na área social, ou seja, basicamente habitação social. Fracções que temos aqui em Arganil e outras que temos no Bairro Social de Côja. Este valor de 400 mil euros tem a ver com esta componente, mas estamos a trabalhar outras que são porventura até mais significativas, do ponto de vista estratégico, nomeadamente a habitação a custos controlados, que é um processo que estamos a desenvolver no âmbito da CIM, com todos os municípios e na articulação com o IRU, que é o instituto que trata da habitação e depois numa outra componente, que é a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, que é um processo para o qual também já contratámos projecto, que já foram entregues, já submetemos as candidaturas, e que também está encaminhado. Mas essa componente achámos que era mais equilibrado não estar a carregá-la no Orçamento porque não sabemos o que é que vai ser aprovado ou não.-----

-----Ao nível do Ambiente, pese embora o esforço muito grande que foi feito no último quinquénio, relacionado com o abastecimento de água, saneamento, e resíduos sólidos, ainda assim, continuamos apostados em reforçar esta área e destinamos para a área do Ambiente e particularmente





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

para o abastecimento de água e saneamento um valor superior a dois milhões e setecentos mil euros; pese embora o muito que já foi feito, reconhecemos que ainda há algumas intervenções para levar a efeito.-----

-----Na área do Desporto, do Recreio e Lazer, sublinhar o investimento considerado para o Parque Municipal de Campismo de Arganil, no Sarzedo, que tem sofrido alguns revés naquilo que tem a ver com a contratação pública, bem como alargamento da rede de praias fluviais, zonas balneares do concelho, destacando-se aqui a Peneda da Talhada, uma intervenção que está neste momento a decorrer. Na componente desportiva, destacar a aposta no Rali de Portugal, esse evento que confere uma projeção maior ao nosso concelho, e destacar os apoios destinados às colectividades que trabalham todos os dias no nosso território.-----

-----No que tem a ver com a área do Comércio e Turismo referi há pouco noutra rubrica, mas está considerado nesta rubrica, a intervenção na Peneda da Talhada, ao mesmo tempo que estamos também a trabalhar no âmbito da Co-gestão da Paisagem Protegida da Serra do Açor, em conjunto com o ICNF e com os demais parceiros, na melhoria das condições de visitaçao da Paisagem Protegida da Serra do Açor. Ao mesmo tempo contamos, finalmente na Foz d'Égua, avançar com a ponte suspensa. Também nesta rubrica estão as componentes relacionadas com os eventos promovidos no concelho.-----

-----No que tem a ver com os Serviços, falar de um projecto candidatado no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, os Bairros Comerciais Digitais, que consideram uma componente de transição digital, mas ao mesmo tempo também um suporte ao espaço físico melhorado. Temos nesta componente uma candidatura com um valor de um milhão de euros que foi submetida, que já passou à segunda fase, e acerca da qual aguardamos com alguma expectativa os respectivos resultados.-----

-----Na área da Cultura e do Património referenciar o valor que consideramos de sensivelmente 900 mil euros relacionado com o núcleo de Arte Sacra de Arganil, que pretendemos instalar na Capela do Senhor da Agonia, que tem uma candidatura aprovada no âmbito do PDR 2020.-----

-----Ao nível da Requalificação da Rede Viária, pese embora o investimento muito significativo que foi feito nos últimos anos, reconhecemos e isso já foi falado aqui algumas vezes, que há algumas intervenções ainda para concretizar; contamos aqui no Orçamento com o valor de cerca de um milhão e meio de euros para essas intervenções e, ao mesmo tempo, naquilo que tem a ver com mais um conjunto de candidaturas que submetemos, relacionadas com os problemas de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, no espaço público, num conjunto de candidaturas submetidas para Arganil, Côja, S. Martinho da Cortiça, Folques, Secarias e Sarzedo, num valor global de um milhão de euros, aguardamos os respectivos resultados, isto é, o Programa Acessibilidades 360.-----

-----Por fim, naquilo que tem a ver com outro reflexo das decisões que fomos tomando aqui nos últimos meses, aquilo que se mantém como aposta, ou





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

seja termos no nosso concelho uma fiscalidade amiga das pessoas e das empresas, e pese embora as dificuldades financeiras causadas pelo aumento exponencial dos custos energéticos e pela redução significativa das transferências do Orçamento do Estado, foi nossa decisão manter essa política fiscal atractiva para as pessoas e para as famílias; mantém-se o IMI no seu intervalo mínimo, mantemos o IMI familiar, mantemos a devolução dos 5% do IRS a que o município teria legalmente direito e continuamos também com tarifas dos serviços essenciais bastante competitivas.”-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Paulo Teles Marques** para “fazer uma nota prévia, destacando como positivo que a documentação tenha sido disponibilizada com 5 dias de antecedência à data da reunião, ao contrário do que tinha acontecido no ano passado; esperamos que seja uma prática para manter no futuro, que nos parece bastante positivo. Já julgamos menos positivo, ou negativo mesmo, o facto do executivo não ter solicitado à Oposição qualquer contributo, nem ter proporcionado a consulta prévia, o que nos parece contrariar o Estatuto da Oposição, por isso parece-nos que este possa ser um aspecto a corrigir em Orçamentos futuros.”-----

-----Em termos de apreciação, o Orçamento para o ano de 2023 parece-nos um exercício complicado, tendo em conta a subida generalizada dos preços, o custo dos combustíveis e da energia e a transferência de competências em vários domínios. Destacamos, não obstante tudo isto, o crescimento de um milhão e meio de euros. Parece-nos adequado e razoável, tendo em conta o efeito de neutralidade orçamental que o Senhor Presidente referiu na sua intervenção, que este investimento se deve à transferência de competências no domínio da Educação e terá um efeito semelhante, quer no Orçamento de Receita, quer no Orçamento de Despesa. Também nos parece como adequada a manutenção de regra de equilíbrio orçamental ter sido mantida, mas compete-nos chamar a atenção para o facto da diferença entre a despesa e a receita corrente ser muito baixa, 2.200,00€, se não estou em erro, quando no período homólogo anterior era de cerca de 202 mil euros, o que dava uma margem mais tranquila para garantir o equilíbrio. Verifica-se em simultâneo um aumento da despesa corrente em cerca de um milhão e setecentos mil euros, face ao exercício anterior, enquanto a receita corrente só aumenta cerca de um milhão e 176 mil euros, ou seja, há aqui um diferencial de meio milhão de euros, em números redondos. Apesar de percebermos o maior aumento da despesa, por tudo o que foi enunciado anteriormente, inflação, guerra, energia, transferência de competências, questionamos se esse aumento, superior em cerca de meio milhão de euros, não comprometerá o investimento previsto e a alavancagem dos inúmeros projectos de candidaturas a fundos comunitários que temos em curso? No que respeita aos investimentos propostos, e sem prejuízo de análise mais detalhada, que será feita pelo meu colega vereador Miguel Pinheiro, referimos que muitos deles já constavam do último Orçamento, não tendo sido concretizados ou





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

por falta de Orçamento Comunitário ou por falta de aprovação dos projectos apresentados; portanto, o factor novidade não é muito decisivo neste Orçamento. Preocupa-nos também que não tenha sido, como já alertámos várias vezes, suscitada a participação da população, podendo ter sido acautelada a realização de um Orçamento Participativo, contribuindo dessa forma para o maior envolvimento da população com os órgãos políticos, e promovendo uma maior e mais activa cidadania participativa. Preocupa-nos também que a verba de 110 mil euros, destinados à Ação Social, volte a não permitir a consideração de apoios financeiros às famílias às quais nasçam filhos, ajudando-as num momento mais difícil, através da atribuição de vales comerciais, que teriam que ser gastos exclusivamente no comércio local e dessa forma contribuir para apoiar uma actividade que tem tido cada vez mais dificuldades nos últimos tempos em Arganil, que é a do comércio. Manifestamos também a nossa preocupação em que também não seja equacionada a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes que ingressam no Ensino Superior, sobretudo aos provenientes de agregados familiares economicamente mais frágeis. Também nos preocupa que, não obstante a reabilitação de um conjunto de habitações, na sequência da Estratégia Local de Habitação, que o Senhor Presidente ainda há pouco referiu, e com a qual concordamos em absoluto, parece-nos pertinente propôr a necessidade de promover a construção de habitação social, que permite aos cidadãos que se prevê atrair para as novas empresas que todos gostaríamos de ver instaladas brevemente na Relvinha, e que lhes possibilite a sua aquisição a preços moderados ou minimização do mercado de arrendamento. A propósito disso, é hoje manchete, no Público e no Jornal de Notícias ou Diário de Notícias, o aumento das prestações de rendas de casas dos empréstimos para o ano que vem, em termos médios de 100 euros; isso será um aumento que nos preocupa bastante, porque muitas famílias arganilenses sofrerão com este aumento e não me parece que tenham uma resposta muito forte neste Orçamento para poder dar resposta a esse maior aumento da despesa dos seus orçamentos familiares. Chamamos também a atenção para o apoio que é dado ao Associativismo, cerca de 150 mil euros, e que tendo em conta o papel bastante importante, por força do seu contributo para actividade desportiva, recreativa, cultural e de coesão territorial que promove, gostaríamos que ele fosse mais elevado. Salientamos com agrado e daí termos votado positivamente a manutenção da política fiscal amiga das famílias; contudo, e não obstante concordarmos, também gostaríamos de referir que a devolução do IRS, abrange com significado económico uma pequena parte da população de Arganil, por isso parece-nos pertinente que os apoios de âmbito social às famílias, que referimos atrás, pudessem ter expressão orçamental."-----

-----Pedi a palavra o senhor vereador **Miguel Pinheiro** para referir que "no seguimento da intervenção do vereador Paulo Teles Marques, que corroboro,





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

e que sublinho todos os aspectos, também me parece importante referir não o preâmbulo deste Orçamento, mas o preâmbulo do Orçamento para 2022; para o Orçamento de 2022 eram elencados um conjunto de obras simbólicas, estratégicas e muito importantes de levar a cabo e que, por uma razão ou por outra, algumas delas concedo que não por responsabilidade do município, mas outras sim, por responsabilidade de hierarquização estratégica ou por alguma falha processual, não avançaram, tais como o Parque de Campismo do Sarzedo, os Percursos Cicláveis, a Reabilitação do Mercado Municipal, o Teatro Alves Coelho, a intervenção na Lomba do Canho, a Ponte Suspensa em Foz d'Égua, a Reabilitação da Escola Secundária de Arganil, a criação da Área de Localização Empresarial de Alta Geração, Relvinha Este, o Núcleo de Arte Sacra e a continuação da intervenção de Requalificação Urbana da vila de Arganil, tendo em conta a expectativa criada não por este executivo, mas pelo executivo do qual o Senhor Presidente fez parte, na apresentação do contexto global da Requalificação Urbana da vila de Arganil, na sua visão inicial. Estes investimentos não avançaram, estamos na expectativa que passem para o Orçamento actual, de 2023, e sabemos logo à partida que estamos dependentes de uma série de circunstâncias para que seja uma realidade. Para o Orçamento de 2023 parece-me que não há grande novidade; a única novidade que aparece já foi referida, é a intervenção no âmbito do Primeiro Direito, sustentado na Estratégia Local de Habitação e que faz o que já devia ter sido feito há muito tempo, ou seja melhorar as condições de vida nas circunstâncias dos bairros sociais de Arganil e Côja. Mas a Estratégia Local de Habitação deve avançar e a intervenção inicial do Senhor Presidente veio, de alguma forma, sossegar o meu espírito e da bancada do Partido Socialista, porque, julgo eu, que já sabia que nós iríamos falar sobre isto, que a Estratégia Local de Habitação deve, de alguma forma, tentar prever a expectativa que está a ser criada com o nosso canto de sedução de pessoas de trabalhadores de empresas de investimento e que preciso de condições para acolher todas as sinergias a esse investimento ligadas, e que, de momento, temos toda a consciência que Arganil não consegue dar resposta. Em relação ao Orçamento concretamente para 2023, há algumas questões para além destas que já derivam do Orçamento de 2022, há outras que também são positivas, como os Condomínios de Aldeia, apesar de me parecer que as verbas são muito reduzidas para o sainete que o programa tenta dar; a intervenção na Peneda da Talhada é uma referência positiva, os trabalhos da Galeria de Amandos, se continuarem com o passo que vão levando, parece-me que seja também uma intervenção que fica resolvida eventualmente no primeiro semestre de 2023, esperemos. As questões ligadas ao Largo do Piódão, que eram uma nuvem que vinha acompanhando todos os Orçamentos desde o princípio do mandato do ano passado, parece-me que finalmente poderão acabar, apesar de tudo ainda falta executar 65 mil euros e gostávamos de perceber o que ainda falta. O que não aparece são outros investimentos que estavam previstos no PERU e que vão ter que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

aguardar nova disponibilidade, nomeadamente a Casa dos Magistrados, a Residência Feminina e o tal Manual de Boas Práticas que estava previsto. Relativamente a outras questões do Orçamento para 2023 e há uma que salta à vista e que pode ainda sublinhar mais a volatilidade deste documento, é a questão da indefinição dos serviços individuais de Saúde e de Ação Social que criam uma grande indefinição naquilo que poderão ser as contas durante o ano. Há um conjunto de pontos que gostava de questionar: há uma verba para aquisição de terrenos, de 35 mil euros para 2023, que depois se multiplica por parcelas mais ou menos iguais até 180 mil euros em 5 anos; gostava que nos esclarecesse para que intuito estão previstos; é a seguir ao edifício dos Paços do concelho. Depois as questões ligadas à IGP da Ribeira de Parrozelos, Carriça e Moura e de Cepos e Casal Novo, que tem apenas dotados mil euros para cada uma e eu perguntava qual é o âmbito da intervenção prevista nestes casos, porque me parece que as verbas são algo diminutas. Outra questão é a reabilitação urbana de Arganil, que está apenas dotada com 108 mil euros; portanto durante o ano de 2023 diz só respeito à reposição da superfície do troço da avenida? Ou vamos avançar para mais alguma artéria? Porque esta verba parece-me pequena. Há outras intenções de investimento que faz-me lembrar aqueça questão de *mais um ano, mais uma volta*, que continuam a estar, uma delas já consta desde 2018, penso eu, que é o Percurso Pedestre de Côja; não percebo porque continua cá, porque já teve 400 mil euros, já teve 200 mil euros, já teve 50 mil, agora nem sei quanto tem, sinceramente nem fui ver, estou a deixar para o ano. O Centro de Trail da Benfeita também não fui ver, também vou deixar para o ano e a intervenção nas Praias Fluviais de Foz d'Égua e Casal Novo que vão recorrentemente aparecendo, às vezes parece que é só mesmo para os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesias não ficarem chateados, mas eu acho que eles deviam exigir isto; não sei como é que são as vossas reuniões antes das Assembleias, mas eles vêm constantemente estas intervenções a serem colocadas em Orçamento e a serem pura e simplesmente ignoradas, e continuamos assim, *mais um ano, mais uma volta*. Há aqui uma intervenção que também fiquei curioso de saber o que será, que é a viabilidade da variante à EN 17, com um valor de 2.746,00€ e para o outro ano quatro mil e tal euros; isto é um projecto, é um estudo de viabilidade à EN 17 nalgum troço? Por fim, é apenas um comentário, e o Senhor Presidente referiu isso, mais uma vez, numa estratégia de antecipação à crítica, me parece, e a dizer que o valor que está para a Ação Social e para a Solidariedade parece pouco; e parece realmente pouco, dá quase vontade de dizer Arganil solidária, mas pouco, porque para o Programa Arganil Solidária estão apenas 20 mil euros. A última linha das GOP diz transferência para famílias; pode ser um âmbito que vai muito além do que está escrito naquela frase mas é simbólico, porque são só 10 mil euros, durante o ano todo. Parece realmente pouco, é o mesmo valor para as ações de dinamização do comércio local, que também são só de mil euros e esse é





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

um ponto que nos separa, esta necessidade que nós temos de ser mais evidentes, até para dar um sinal de ser mais evidente a vontade de querer ajudar directamente as pessoas. Queria dizer que um Orçamento que prevê ainda que muito ténue e com falta de ideias diferenciadoras, uma vontade de intervir na melhoria da qualidade de vida das pessoas do nosso concelho, em princípio, não merecerá nunca da nossa parte, desde que não cometa erros, um voto negativo. Mas a volatilidade das previsões, a imprevisibilidade das candidaturas, nós percebermos que até à última reunião, já íamos em 27 ou 28 alterações ao Orçamento de 2022, para não falar também da ignorância que foi dotada à eventual opinião da Oposição para dar ideias para um Orçamento e ainda esta desconformidade com a nossa visão estratégica, de querermos muito dar ideias num momento destes, actual, local, mundial, em que é preciso apostar no apoio directo às pessoas, julgo que tudo isto fundamenta a nossa abstenção ao Orçamento para 2023.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para dizer que “começando pela intervenção do vereador Paulo Teles Marques, todos temos noção, se não a tivéssemos provavelmente era porque não acompanhávamos as notícias, que estamos numa conjuntura muito complexa e que não é apenas nacional, mas sim internacional, e que está a colocar desafios brutais àquilo que temos por adquirido e que momentos como aquele que estamos a atravessar, às vezes fazem-nos temer que se aquilo que temos por adquirido está mesmo por adquirido ou está em causa; mas resulta dos documentos que foram distribuídos e produzidos essa noção clara de que estamos numa conjuntura delicada que potencialmente se vai complicar ainda mais no próximo ano, não tenho grandes dúvidas que isso vai acontecer e essa dificuldade mereceria, particularmente de quem tem competência para o efeito, outro nível de estratégia; mas já lá vamos. Há aqui uma questão que ficou percebida, quer pela minha intervenção inicial, e penso que foi isso que também referiu na sua intervenção, esta sustentação e esta justificação do crescimento do orçamento em um milhão e meio de euros. Em relação à regra do equilíbrio, quero também dizer que o exercício que foi feito foi um exercício conservador de acordo com as regras gerais que se aplicam a esta temática, mas objectivamente, se quiséssemos esmiuçar um pouco mais, e aplicar as salvaguardas legais, podíamos ficar numa situação mais confortável, que passo a explicar: aquilo que está definido, no âmbito da descentralização de competências, é um mecanismo de salvaguarda relativamente a esta matéria, porque de um ano para o outro, sem nós fazermos nada e sem nós o pretendermos, são transferidos um milhão e meio de euros de despesa corrente; naturalmente que isto contribui para este equilíbrio. É certo que há também aqui o devido balanceamento à da receita mas ainda assim, estamos a considerar do ponto de vista percentual um volume mais significativo de despesa corrente, face àquilo que não tínhamos anteriormente. Há um mecanismo de salvaguarda previsto na lei, para esta regra, que tem a ver





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

com o contributo que esta despesa possa ter para essa regra do equilíbrio orçamental, que é um mecanismo que pode e deve ser utilizado em último recurso e portanto temos noção que o equilíbrio está mais ténue este ano, mas tem este forte contributo destas rubricas de despesa, mas também de outras que o município está a suportar directamente; quando há um volume de despesa corrente relacionado com os custos energéticos, quando há por via daquilo que decorre das regras definidas no Orçamento de Estado, um aumento de custos relacionado com os custos com o pessoal, passo a redundância, são desde logo duas componentes de despesa corrente que, sem o município fazer rigorosamente nada, alteram esse equilíbrio. Mantendo tudo igual, estas duas circunstâncias, por um lado a decisão do Governo de aumentar as remunerações e os custos energéticos, contribuiriam, desde logo, para esse desequilíbrio. Às vezes estes assuntos têm muitas tonalidades, não é só preto e branco, o cinzento também por aqui aparece e há aqui efectivamente justificações plausíveis para esta situação. Em relação aos mecanismos participativos, devo dizer e noutros mandatos já falei aqui desta matéria, nós temos uma visão muito clara daquilo que deve ser um processo participativo e não vou dizer que não poderíamos ter tido aqui um momento para falar previamente convosco, mas temos uma percepção muito clara daquilo que pode e deve ser a participação na construção destes documentos e temos todos muito presente, pois isso aconteceu há pouco tempo, quer vocês, quer nós, andámos numa campanha eleitoral e percebemos, de uma forma muito clara, aquilo que são as necessidades do território. Já não concordo com essa figura que passa às vezes mediaticamente com uns contornos positivos, e esses contornos positivos acho que até resultam de algum desconhecimento daquilo que é inerente a essa figura, e falo dos Orçamentos Participativos. Os Orçamentos Participativos, por incrível que pareça, foi uma coisa construída e inventada na América do Sul, onde o povo quase não tem direito a nada; numa situação de fazer de conta que existia um regime democrático, vamos lá dar às pessoas a possibilidade de dizerem o que é que querem que se faça. Eu já tive oportunidade, do ponto de vista académico, de estudar esse processo, e às vezes até me arrepio quando alguém anuncia isso como um grande feito e temos alguns colegas até aqui na região, que têm os Orçamentos Participativos. O Centro de estudos Sociais, que é um habitat também por onde passam tantos Secretários de Estado e Ministros dos Governos da Nação, tem muita coisa publicada acerca do processo dos Orçamentos Participativos e se nós formos ver a história, não podemos deixar de perceber que esse processo foi montado e tem muito a ver com regimes onde a Democracia é um exercício de faz de conta e as pessoas não têm voz ao nível da participação. Honestamente, acho que nós estamos no outro patamar de participação democrática e não são os Orçamentos Participativos que resolvem isso, mas aceito todas as opiniões; eu conheço o processo, conheço a história, sei porque é que isso foi feito, está sustentado do ponto de vista





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

académico e também tenho o dever, quando este assunto é discutido, de dar esta nota, porque isto nem sempre é aquilo que parece. Queria também fazer uma nota de esclarecimento relativamente àquilo que tem a ver com a Ação Social do Ensino Superior; a Ação Social do Ensino Superior tem mecanismos directos do Ministério da Educação alocados às Universidades e em relação a este processo, em determinada altura, talvez uns 6 ou 7 anos, tive oportunidade de aprofundar isto, tive algumas conversas com os responsáveis dos Serviços de Ação Social particularmente da Universidade de Coimbra, tive algumas reuniões, e queria dizer que o sistema que existe no Ensino Superior, no que tem a ver com a Ação Social Escolar, é um sistema muito robusto, com mecanismos inclusivamente de salvaguarda, ou seja, tipicamente, quem cumpre os pressupostos, tem um enquadramento imediato; o que é que podia ser um problema no que tem a ver com a Ação Social Escolar? Podia ser um problema, e isso acontece com alguma regularidade, que uma determinada família que tinha uma vida equilibrada, com dois elementos do agregado familiar, que de um dia para o outro que hipoteticamente entram numa situação de desemprego, aí realmente poderia haver um problema do ponto de vista das finanças familiares. Mas as instituições do Ensino Superior têm salvaguardas e mecanismos relativamente a esse tipo de situações, com um processo que é patrocinado por mecenas, não por dinheiros públicos, que tem um valor alocado para resolver esse tipo de situação. Essa é uma área que não é competência do município, que considera que está bem resolvida pelas instituições do Ensino Superior é lá que deve ser resolvida. Em relação a outro apontamento que fez, da promoção da habitação social, aqui temos visões opostas e antagónicas e não há mal nenhum nisso; eu pessoalmente não entendo que necessitemos de mais habitação social no concelho, nós precisamos, isso sim, de habitação a custos controlados, que é outro mecanismo que referi, em que estamos a trabalhar, que permita que pessoas da classe média, para a nossa realidade, possam ter facilmente acesso à habitação, quer seja na aquisição, quer seja no arrendamento. O nosso caminho não é tanto pela habitação social, temos que resolver os problemas que cá temos, mas a nossa aposta, naquilo que tem a ver com a Estratégia Local de Habitação, direcciona-se por outro segmento e daí ter referido também a questão do processo em que estamos a trabalhar conjuntamente na Comunidade Intermunicipal, que envolve boa parte dos municípios, e envolve o Instituto da Habitação do IRU; da Reabilitação e da Habitação que, e já agora permitam-me que dê esta nota, que está disponível para assumir um papel mais interventivo. E vou agora gastar algum tempo para explicar este processo e ficam também já com informação; há neste momento uma linha de candidatura que está aberta no PRR para Habitação a Custos Controlados. Aquilo que percebemos, pelas regras que estão definidas, é que é um mecanismo claramente desenhado para Lisboa e Porto; em relação a isso não há grandes dúvidas e deixou-nos a todos, à maioria da Região de Coimbra, um bocado insatisfeitos,





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

relativamente a este processo. Aquilo que aconteceu depois no processo de auscultação, de articulação, de negociação com o IRU, foi o desenvolvimento de uma metodologia complementar, ou seja, o IRU assumir aqui o papel de entidade intermédia, em que os municípios identificam os imóveis que pretendem alocar a esse tipo de habitação, ao mesmo tempo que é necessário uma tipologia de avaliação também já contratualizámos com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, essa avaliação, e esse processo será então triangulado com o IRU que assumirá o papel de tomador dessas habitações de dono de obra das intervenções que são necessárias para essas habitações ficarem com as condições de conforto, para serem depois colocadas no mercado de arrendamento. Aqui o papel dos municípios é de quase um misto de equilíbrio e de bom senso e ao mesmo tempo também de ambição, de assegurarem que aqueles imóveis não ficam depois devolutos, ou seja, que o município identifica mil habitações, e depois só entram 50 ou 60 no mercado. A obrigação dos municípios nesse processo, e haveremos de falar disso aqui futuramente já com os Protocolos para apreciar, será de garantirem que os imóveis objecto dessa intervenção serão arrendados; se não houver arrendamento, os municípios suportarão as rendas enquanto eles não forem objecto de arrendamento. Estamos a falar aqui, como já disse, da tal habitação a custos controlados, dirigida essencialmente para famílias de classe média. E em relação àquilo que tem a ver com a conjuntura e com as realidades familiares, eu acompanho a sua preocupação e quero relembrar que fazemos aqui um esforço significativo naquilo que tem a ver com a fiscalidade amiga das pessoas, das empresas, e ao mesmo tempo com o IMI familiar, inclusivamente com tarifários muito competitivos. Admito até que possa ser uma questão de ideologia que norteia a vida de cada um; eu entendo mesmo que se exigia que o Governo, numa situação de impostos excessivos, e recorro que pouco mais tínhamos ultrapassado meados do ano e já o Governo tinha arrecadado de impostos muito mais que aquilo que previa para todo o ano de 2022; se a memória não me falha, em Julho ou Agosto já tinha arrecadado mais cinco mil milhões do que aquilo que era suposto arrecadar em todo o ano. Da mesma forma que tem apontado baterias a alguns sectores económicos que têm estado a ser beneficiados com este processo de inflação, o Governo também tem exactamente o mesmo tipo de situação, e devia ter havido a coragem de abrandar a taxa fiscal que incide sobre as famílias senão em 2022, pelo menos em 2023. Aquilo que ainda não percebemos claramente é o que vai acontecer, parece que algumas manifestações muito pouco robustas relativamente a esta matéria, depois é aquele exercício de faz de conta que aqui sim, reconheço também que é ideológico, de uma perspectiva que entendo que é preferível devolver aos cidadãos o chequezinho, a dívida dos 125,00€ ao invés de reduzir a taxa fiscal, isso sim, seria o caminho, mas nesta matéria sei que é mesmo uma perspectiva ideológica, mas não entendo que o Governo esteja a dar os passos que devia dar nesta matéria, particularmente na questão fiscal.





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

Naquilo que tem a ver com os apoios ao Associativismo, eu também gostava que fosse maior; felizmente temos conseguido fazer aqui um esforço de não tornar este apoio mais reduzido, e também sabemos que alguns municípios vêem-se mesmo confrontados com essa necessidade. Não reduzimos os apoios, mantivemos os apoios mesmo nos tempos da pandemia, também gostaríamos de melhorar estes valores mas a realidade é aquela com que nos confrontamos e a conjuntura é aquela que conhecemos. Quanto ao apontamento que fez sobre os 5% do IRS, também sei que é uma perspectiva ideológica; alguns entendem que o dinheiro dos impostos é do Estado, mas o dinheiro dos impostos é nosso, é de quem o paga, portanto neste processo da devolução dos 5% estão a ser devolvidos 5% do valor que cada cidadão pagou; quem pagou mais, recebe mais, quem pagou menos, recebe menos; é um exercício que considero bastante justo.-----

-----Relativamente às intervenções do vereador Miguel Pinheiro, reconhecerá também que, eu nunca omiti essa informação, há um conjunto de desideratos que estão dependentes de aprovação de candidaturas, e também podemos falar daquelas candidaturas que foram submetidas em Abril de 2021 cumprindo todas as regras que eram exigidas e que foram confrontadas com alteração das regras no meio do jogo, quase no final de 2021, a considerar que aquilo que era válido quando as candidaturas foram submetidas deixou de ser válido. É algo com que não posso compactuar e tive já oportunidade de o manifestar a quem de direito, porque esse processo de candidaturas exigiu muito trabalho, exigiu algum dinheiro e contratação de projectos e devia ter havido outro tipo de transparência nesse processo que não se verificou. Isso aplica-se aos Percursos Cicláveis, que é exemplar daquilo que não devia ter acontecido e que não foi correcto, do ponto de vista moral foi muito mau. Também a questão das Áreas de Localização Empresarial de Nova Geração, daquele mecanismo que afinal depois percebemos todos que já tinha os eleitos, por isso foi uma candidatura de brincar; veio depois a saber-se, quando se leu nas entrelinhas, que os eleitos eram, no caso da CCDRC, Sátão, Oliveira do Hospital e Águeda, se a memória não me falha, por isso não valia ter andado a perder tempo nem dinheiro com o faz de conta, quando essa selecção já tinha sido previamente feita. Aquilo que estou a dizer não é nenhum segredo, porque isto foi atempadamente, numa reunião que teve lugar na CIM com a CCDRC, em Condeixa, foi objecto da contestação alargada, pois há Avisos que permitem o convite directo a A, B, ou C; isso até é legítimo, não vejo nenhum mal nisso. Estou a lembrar-me agora, no caso do POSEUR, que em determinado momento havia um problema ambiental para resolver em Leixões e disseram este Aviso é para a ETAR de Leixões, e são 40 milhões; é um processo transparente, ninguém perde tempo com isso. Aquilo que não aconteceu foi com este processo das Áreas de Localização Empresarial de Nova Geração, que foi um faz de conta; andámos todos a correr, houve 22 manifestações de interesse que passaram à segunda fase, e na segunda fase havia sete dias para entregar projectos





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

concluídos, com pareceres, etc. foi um exercício virtual, que não foi bonito nem edificante para quem nele participou. Não consegui apanhar tudo o que disse, mas depois àquilo a que não responder, haverá de colocar novamente a questão, se faz favor. Penso que já fui claro em relação à questão da habitação e do *canto de sedução*; cada um de nós utiliza a sua terminologia, o senhor vereador utilizou aqui uma terminologia mais romântica, eu há dias utilizei, se calhar, uma mais mística, quando falei na *orientação dos astros*; estamos a falar de um conjunto de componentes que são essenciais, obviamente que quando falamos, quando tratamos e acautelamos a ampliação de uma Área de Localização Empresarial, quando apostamos na promoção, quando apostamos na captação de empresas e de pessoas, naturalmente que teremos que ter também a preocupação da habitação e haverá de reconhecer que não é um assunto que não tenha estado sempre presente na nossa preocupação e na nossa estratégia e isso fica também demonstrado por aquilo que referi há pouco. Ao mesmo tempo, quero relembrar o que disse no início, não temos todas as áreas em que estamos a trabalhar identificadas e orçamentadas neste Orçamento, porque percebemos em determinado momento que poderíamos estar a transformá-lo num exercício de 40 ou de 50 milhões e isso seria manifestamente irrazoável; ainda assim, quero dizer que este é um assunto em que estamos a trabalhar. Em relação aos Condomínios de Aldeia, estamos a falar, ainda assim, em valores muito simpáticos; naturalmente que não dão para fazer tudo, mas o valor que está reflectido no nosso Orçamento, é apenas da candidatura aprovada à Câmara, mas em termos médios, é multiplicar por 11 e devemos estar a falar de alguns 700 ou 800 mil euros, que ainda é um valor significativo e simpático e que permitirá fazer muitas intervenções. Em relação ao largo do Piódão, daquilo que falta executar, as coisas estão praticamente concluídas, temos em boa parte das rubricas valores relacionados e decorrentes com aquilo que foi mais recentemente aprovado pelo Governo, em matéria de Revisão de Preços; basicamente estamos com algumas rubricas com valores estimados de uma forma muito grosseira, para impactos que possam acontecer, decorrentes de processos de revisão de preços. Do ponto de vista elas estarão prontas, haverá lá um ou outro acerto, mas não têm já grande significado financeiro. Falou também na Casa dos Magistrados, permita-me dizer que este é um dos imóveis que temos identificados na Habitação a Custos Controlados. Relativamente à questão da Descentralização e particularmente naquilo que tem a ver com a Saúde e a Ação Social, começar pelo processo que tem tido mais desenvolvimento, o processo da Ação Social; percebeu-se em determinado momento que este processo estava a ter um tratamento discricionário entre municípios, temos exemplos próximos de nós e a questão, pelo menos no que tem a ver com os tempos actuais, não é partidária, porque também encontramos situações diversas noutras localizações, mas nesta matéria, em termos comparativos, temos Tábua, que tem uma situação social muito parecida com a de Arganil





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

e que na proposta que foi publicada, apresentava valores na ordem das cinco vezes superiores àqueles que eram os valores considerados para Arganil. Era um exercício que foi feito primeiro ao nível da região de Coimbra, um exercício comparativo entre municípios, face aos números que foram publicados; depois no âmbito da Associação Nacional de Municípios, num processo que foi acompanhado pela Presidente da Câmara de Cantanhede, esse processo foi feito a nível nacional, e percebeu-se que havia coisas que não batiam certo e que eram muito desiguais. Esse processo tem vindo a ser negociado, acreditamos que vá a bom porto. O processo de Tábua, de Oliveira e de outros municípios tem a ver com outra coisa, tem a ver com algo que nós também cá tivemos, nós tivemos aqui a funcionar a RLIS, Rede Local de Intervenção Social, que era assegurada através da Misericórdia, com valores significativos de financiamento. Em determinado momento, há cerca de 3 ou 4 anos, fomos todos surpreendidos com a comunicação de que a RLIS tinha acabado. Na altura formalizámos a nossa indignação, porque aquilo que foi criado prestou um serviço que deixou de ser assegurado; nós protestámos mas não aconteceu nada. Houve no país alguns concelhos, inclusive Tábua, que continuaram a beneficiar desse processo; Oliveira do Hospital também, Montemor também. Há estas situações que se mantiveram nalguns territórios e que foram extintas noutros. Esse valor está a ser considerado nas transferências. Em relação a este processo de descentralização, o que está a ser feito na área da Ação Social, é um trabalho que tem em consideração os indicadores, os casos acompanhados e portanto haverá um nivelamento mais justo entre os municípios e acredito que esta será aquela área em que os municípios não são tratados como tarefeiros e podem ter aqui um valor técnico acrescentado, porque aqui sim, haverá trabalho técnico, desde logo naquilo que tem a ver com o rendimento social de inserção. Já menos pacífica, é a questão da Saúde, pois no nosso concelho, particularmente, andamos num diferendo significativo com a ARS em relação aos números, e exemplifico apenas com duas situações que penso que de uma delas até já falei aqui, mas duas situações que são emblemáticas; quer dizer, todos nós percebemos e sabemos que a área da Saúde tem assumido e pré adquirido o trabalho extraordinário e estamos a falar de valores muito significativos; nos números da ARS não há um euro para trabalho extraordinário. Quando perguntamos a resposta é que temos que nos organizar de maneira a não ser necessário trabalho extraordinário; quando se exige aos outros aquilo que se é incompetente para fazer, é tão engraçado que chega a ser quase ultrajante. Esse é um exemplo, o trabalho extraordinário, que sabemos que tem um peso significativo. Há também uma outra componente, outro exercício que tem a ver com um litígio entre a Misericórdia e a ARS, que está já conhecido do nosso lado como tendo pelo menos uma responsabilização potencial de dois milhões de euros e em relação a isso, no processo, zero; mais uma vez a ARS entende que esse é um risco que o município é que deve assumir e nós dizemos que não. No caso da Saúde aqui houve maior honestidade no





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

processo legislativo e enquanto não houver entendimento, enquanto não houver acerto de posições, não há acordo, e sem haver acordo a descentralização não se concretiza. Nós abrimos as rubricas numa perspectiva preventiva, mas com valores de um euro apenas. Na área da saúde e da educação não há valor acrescentado rigorosamente algum. Em relação à questão da aquisição de terrenos, não consigo responder objectivamente; admito que possa ter a ver com uma média daquilo que tem acontecido; estou a lembrar-me, não sei se entra na rubrica dos terrenos ou não, que temos um processo relacionado com o alargamento pretendido da estrada que vai para a Esculca, na zona do Vale do Carro, que implica a aquisição de uma propriedade, ou também a situação do antigo Lagar da Benfeita, mas admito que isso não está identificado com nenhuma situação particular que possa ter a ver com uma estimativa daquilo que tem acontecido em termos médios. Sobre as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, já falámos aqui de uma forma mais aprofundada sobre este processo; no caso das AIGP, o contrato com os municípios é para uma componente relativamente reduzida de intervenção, tem a ver essencialmente com o processo de construção de todo este mecanismo, com a questão do cadastro, mas contratualmente é um valor muito pequeno; a execução, naquilo que tem a ver com a operação integrada de Gestão da Paisagem, a OIGP, tomámos já aqui a decisão, como se recordarão, de ser executada ao nível da Floresta da Serra do Açor, numa perspectiva de alargamento daquilo que já está agora a acontecer. O valor é pequeno mas também é importante termos presente que o grosso disto, que será a execução, acontecerá fora deste âmbito. É essa a justificação. Sobre o valor da reabilitação urbana, na componente que referiu, terá a ver também com uma hipotética ou uma possível revisão de preços, é apenas uma das componentes da regeneração urbana, não tem a ver com a Galeria, que está a decorrer e está identificada numa rubrica diferente dessa que tem esse valor que referiu. Em relação ao Percurso Pedestre de Côja, ele mantém-se aí por um saldo que ainda existe para comunicação, porque em termos de trilhos, de marcação, esse foi um processo articulado no âmbito da rede da Comunidade Intermunicipal; ele está definido, há agora um saldo de cerca de 10 mil euros que ainda podem ser utilizados para promoção e comunicação. Este é um projecto que foi desenvolvido e que está implementado. Em relação à Foz d'Égua e Casal Novo, às vezes o que parece não é, e portanto não é só para o Presidente da Junta ver, nós temos aqui trabalho desenvolvido com a contratação dos respectivos projectos e que têm vindo a ser articulados de uma forma muito próxima com os Presidentes de Junta e admito que possa ser falha da minha parte não ter capacidade para passar a informação toda, mas no caso do Casal Novo, particularmente no Poço da Cesta, o Projecto Ceira, veio provocar aqui um ajustamento, ou seja, uma das questões que temos identificada, era a reabilitação dos moinhos que estavam na zona das levadas, que vai acontecer com o Projecto Ceira; aquilo que entretanto tivemos que





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

reformular, até do ponto de vista do projecto, foi que aquilo que faz sentido é um passadiço que cumpra as regras da mobilidade, que acompanhará a levada; essa será a componente que o município vai assumir e paralelamente também a Comissão do Casal Novo se associa a este processo, no que tem a ver com os sanitários. Há aqui trabalho desenvolvido que não aparece transparecido num documento como este mas que efectivamente aconteceu. Em relação a Foz d'Égua há uma situação similar, nós começámos a trabalhar nisto com a Junta e com os Compartes numa perspectiva de colocar o ponto de apoio, nomeadamente os balneários, e os sanitários, junto ao plano de água, percebemos num momento posterior, em articulação com a Agência Portuguesa do Ambiente, que isso seria muito complicado, desde logo do ponto de vista daquilo que tem a ver com a faixa da reserva exclusiva da reserva ecológica, dos 10 metros do domínio público e aí seria muito difícil conseguirmos licenciar isto, e ao mesmo tempo também percebemos que seria muito complicado assegurar a manutenção disto naquela localização. Aquilo que entretanto tivemos que reformular em termos de projecto, tem a ver com a localização, que deixa de ser considerada para estar junto ao espelho de água e que passa para a zona superior, do estacionamento, numa perspectiva de ser ali articulada, em termos de manutenção e utilização, com o apoio de cafetaria, que está naquela zona. Mas também aqui o trabalho está a ser desenvolvido. No que tem a ver com a variante à EN 17, este é um processo que temos vindo a desenvolver no âmbito da Comunidade Intermunicipal e que visa basicamente fazer a intercepção desejavelmente desde Ceira até à EN 17 e ao IP3, permitindo o corredor que aquela hipótese de auto-estrada Coimbra-Viseu permitiria, e que o abandono desse projecto deixou cair por terra; mas basicamente a pretensão é fazer a ligação desde Ceira, Ponte Velha, derivando em Poiares, S. Pedro Dias e fazendo depois a ligação ao IP3, estando também a ser estudada a hipótese que era aquela que estava no corredor Sul da auto-estrada Coimbra-Viseu, que era de uma ligação ao IC6 ou entre o IP3 e Silveirinho ou entre Silveirinho e S. Pedro de Alva, que para nós seria a hipótese mais interessante; esse processo está a ser desenvolvido, contou também com um Protocolo celebrado entre a Comunidade Intermunicipal e a Infraestruturas de Portugal, que participam em 50% este projecto de execução, já está contratado para projecto de execução e aqui, aquilo que está a ser considerado é a nossa participação neste projecto, que é partilhado com os municípios que são beneficiados potencialmente por este corredor. Relativamente à questão sobre as alterações ao Orçamento, nunca tive qualquer tipo de constrangimento porque as alterações são um instrumento de gestão; eu diria que os Governos têm o mecanismo das cativações, os municípios não têm esse instrumento, mas têm este instrumento das alterações, que consiste em priorizar a qualquer momento aquilo que é mais prioritário e isso implica transferência de valores entre rubricas; não me parece que venha algum mal ao mundo por essa situação."-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----Teve a palavra o senhor vereador **Filipe Frias** para referir que "relativamente aos Condomínios de Aldeia, o total das 11 candidaturas engloba um valor de 585.781,00€ mais IVA e entretanto já aqui fiz um apanhado das diversas aldeias; este município candidatou-se para as aldeias do Alqueve, Caratão e Foz d'Égua; a Associação de Compartes de Moura da Serra candidatou-se para Mourísia, Parrozelos e Valado; a Junta de Freguesia de Benfeita candidatou-se para Monte Frio, Pardieiros e Sardal; a Junta de Freguesia de Celavisa candidatou-se para Caratão, Linhares e Jurjais; a Junta de Freguesia de Pomares candidatou-se para Barroja e Corgas; a Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira candidatou-se para Murganheira, Pombeiro da Beira e Vale Diogo; a Junta de Freguesia do Sarzedo candidatou-se para Barreiros; a Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça candidatou-se para Ribeira e S. Martinho da Cortiça; a União das Freguesias de Cepos e Teixeira candidatou-se para Casal Novo e Relvas; a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva candidatou-se para Machorro e a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz candidatou-se para Vila Cova de Alva. Basicamente, foi tudo elegível com excepção do IVA. Além do Relatório existe um conjunto de mapas em pdf que tem cada uma das candidaturas individualizada."-----

-----Teve a palavra a Senhora **Vice-Presidente** para "dar uma nota relativamente ao apoio à Cultura e ao Associativismo, que foi aqui referido, no valor aproximado de 150 mil euros; gostava de reforçar o seguinte: o apoio do município a todas estas Associações não se esgota aqui, como sabem; em todos os eventos temos um apoio logístico, inclusivamente também temos tido a preocupação de, em muitos eventos, reforçar aqui o apoio que foi concedido a todas as Associações que colaboraram nas candidaturas da Cultura em Rede, pois todas elas foram beneficiadas, tivemos essa preocupação de uma fatia significativa ficar no nosso território, nestas candidaturas. Igualmente também, temos esta preocupação de capacitar todas estas Associações e por isso foi desenvolvido aquele projecto Cultura em Rede, desenvolvida a nossa Carta Cultural; inclusivamente, agora vamos iniciar um ciclo de capacitação dessas mesmas associações e entidades que se queiram associar a nós, em que temos vários temas que são interessantes, no meu entender, Cultura, Participação, Cidadania; financiamentos para a cultura; produção de eventos culturais e comunicação da cultura. São tudo temas que são muito pertinentes porque temos que estar todos numa sinergia para ter alguma resolução e termos aqui bons resultados nas programações que todos desenvolvemos. É importante estarem as pessoas envolvidas nestes processos e motivadas para participar."-----

-----Ainda relativamente ao apoio social, dos 10 mil euros, eu gostava de acrescentar que o município de Arganil incrementou em 30% o aumento ao Programa ABEM, que é um programa que permite apoiar pessoas que não têm acesso a medicamentos. Agregados familiares que não têm hipótese de





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

os comprar e às vezes há muitas pessoas que não têm essa sensibilidade de perceberem que há muitas pessoas que não conseguem comprar os medicamentos de que necessitam, pois não importa apenas o pão para a boca, a condição de saúde é fundamental.”-----

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta do **Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023.**-----

-----Presente um exemplar do Plano acima referido, bem como do Orçamento, acompanhado de memória descritiva e justificativa, que se dão por reproduzidos e que, depois de rubricados, vão ser arquivados na Secção Financeira.-----

-----Neles se consigna, nomeadamente, que o total das Grandes Opções do Plano previstas para o próximo ano, ascende a 25.904.207,00€ e que se estima que o montante total de receitas seja de 25.904.207,00€, sendo 14.676.804,00€ de receitas correntes e 11.227.403,00€ de capital e o montante das despesas em 25.904.207,00€, sendo 14.260.484,00€ de despesas correntes e 11.643.723,00€ de capital.-----

-----Terminada que foi a análise do Plano Plurianual de Investimentos para o Ano Financeiro de 2022, e do Orçamento, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores Paulo Teles Marques e Miguel Pinheiro, aprová-los e submetê-los para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**SEGUNDO:** Apreciação e votação da proposta do **Mapa de Pessoal para o ano de 2023.**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2023 e submetê-lo para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação das **Normas Reguladoras de Execução Orçamental para o ano 2023** – Regulamento de Execução Orçamental.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Regulamentadoras de Execução Orçamental para o ano de 2023 e submetê-las para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**QUARTO: Assunção de compromissos plurianuais - Autorização Prévia da Assembleia Municipal no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso** – alínea c), do n.º1 do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro na actual redação. Apreciação e votação da proposta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter a proposta de Assunção de Compromissos Plurianuais para deliberação da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

Capítulo Segundo

Diversos

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da proposta de celebração, com a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, de **Acordo de Execução no âmbito do Projecto de Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e do Projecto de Criação de uma Rede de Estabelecimentos de Alojamento Local.**-----

-----Presente o Acordo de Execução no âmbito do Projecto de Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e do Projecto de Criação de uma Rede de Estabelecimentos de Alojamento Local, celebrado com a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente** para “fazer uma nota enquadradora, relativamente a esta matéria e até do ponto de vista da transparência, é importante que ela fique também transposta para a acta. Em determinado momento, já há largos meses, a ADIBER deu-nos nota de algumas dificuldades financeiras e solicitou apoio para fazer face a essas





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

dificuldades financeiras; não respondemos nessa altura, fomos sendo interpelados, e em determinado momento explicámos que os municípios não têm nem competência nem legitimidade para andar a resolver as dificuldades financeiras das Associações, por mais relevante que seja a sua actividade, pois não é esse o papel dos municípios, o papel dos recursos públicos, andar a financiar os resultados da gestão melhor ou pior conseguida deste tipo de entidades. Num momento posterior, aquilo que depois nos foi apresentado, teve a ver num primeiro momento com este projecto da Rede Nacional de Apoio às Vítimas da Violência Doméstica, que é um projecto que está a ser desenvolvido em Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua, que tem um financiamento assegurado, mas esse financiamento que está contratualizado, de facto, não é suficiente para ter a estrutura a funcionar. Nessa perspectiva, e na justa medida daquilo que é o trabalho desenvolvido no concelho de Arganil, manifestámo-nos disponíveis para ajudar a completar essa insuficiência de financiamento, para ter esta resposta a funcionar. Mais tarde, dentro daquilo que é também a nossa perspectiva para a área do Turismo e aquilo que é o potencial que temos no território, que nalguns casos está sub-aproveitado, ou até mesmo desaproveitado, entendemos que podíamos ter na ADIBER um parceiro para nos ajudar a executar uma pretensão que já há alguns anos, constava da nossa pretensão, já para o mandato de 2017-2021 e que não conseguimos concretizar, mas que tem a ver com a nossa pretensão de colocarmos na rede turística, nomeadamente nas tipologias de Alojamento Local, aquilo que é o edificado disponível e existente no concelho, que com algumas intervenções, o dotassem de condições de conforto, facilmente poderia ser legalizado como Alojamento Local e podia efectivamente potenciar a resposta em termos de capacidade do nosso concelho. Depois questionámos a ADIBER acerca da disponibilidade para desenvolver esse processo, que como disse há pouco, tínhamos já sinalizado como estratégico, achamos que pode ser um contributo importante para o território e consideramos aqui essa rede de estabelecimentos de Alojamento Local, nessa perspectiva que acabei de dizer, como uma possibilidade para esta parceria. O enquadramento, de uma forma sintetizada, para aquilo que temos aqui em apreciação, é este. Para também tomarmos posição e sermos objectivos e claros, relativamente a este tipo de coisas, pedia à senhora vereadora Elisabete Oliveira, que esteve numa reunião mais recente, para dar nota da pretensão e para tomarmos aqui, colegialmente, uma posição em relação a essa pretensão.”-----

-----Teve a palavra a senhora vereadora **Elisabete Oliveira** para explicar que “como o Senhor Presidente referiu, houve uma reunião recente com os municípios que estão ligados à ADIBER, onde foi manifestado, pelo Presidente da Direção da ADIBER, estas dificuldades económicas que persistem e que, perante aquilo que é uma perspectiva de diminuição das competências associadas à Administração de Fundos Europeus, se vai refutar, nomeadamente no que diz respeito aos recursos humanos e à capacidade da





MUNICÍPIO DE ARGANIL CÂMARA MUNICIPAL

ADIBER para fazer face àquilo que são despesas correntes e de estrutura; aquilo que foi proposto, e que partilhei com o Senhor Presidente, foi que houvesse um reforço, que houvesse a disponibilidade por parte dos municípios de reforçar aquilo que é o seu apoio à ADIBER, sob pena de se inviabilizar aquilo que é a sua ação, que passa a ser insustentável. Aquilo que se nos coloca é perceber se esse é o papel dos municípios e se, com este tipo de apoios, estamos a prolongar aquilo que pode ser uma situação insustentável nesta fase.”-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração, com a ADIBER – Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, do Acordo de Execução no âmbito do Projecto de Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica e do Projecto de Criação de uma Rede de Estabelecimentos de Alojamento Local.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

-----**SEGUNDO:** Informação semestral sobre a situação económica e financeira, remetida pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 03 de Setembro, na actual redação. Envio para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----Presente a Informação semestral sobre a situação económica e financeira, remetida pelo Revisor Oficial de Contas (BDO), que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.---

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, enviar o assunto para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, no final da reunião, nos termos do número três do quinquagésimo sétimo artigo da lei nº setenta e cinco/dois mil e treze de doze de Setembro.-

ENCERRAMENTO

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram doze horas e quarenta e cinco minutos, e para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----





MUNICÍPIO DE ARGANIL
CÂMARA MUNICIPAL

